

# Campanha Salarial 2005

## Paralisação dia 18 prepara GREVE em 2 de junho



Ato em Fortaleza concentrou servidores em frente ao prédio da Receita Federal

As plenárias da CONDSEF e da CNESF ratificaram a decisão de puxar a GREVE GERAL a partir de 2 de junho. Em Fortaleza, mais de 200 trabalhadores compareceram às mobilizações do Dia Nacional de Luta e Paralisação dos servidores públicos federais, em 18 de maio, visando a construção da GREVE GERAL. A atividade realizou-se em todo o Brasil. No Ceará, houve paralisação dos servidores do INCRA, FUNAI, IPHAN, INSS, UFC (técnico-administrativos), Ministério da Fazenda (PCC) e FUNASA. O principal ato aconteceu na capital, pela manhã, no Ministério da Fazenda (em frente ao prédio da Receita Federal).

pág. 8

## 47,94% Decisão do STJ prejudica trabalhadores da FUNASA



A 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por 5 votos a zero, retirar o passivo trabalhista Plano Real (47,94%) de 2.569 funcionários da FUNASA do Ceará. Para pressionar os juízes, os trabalhadores da FUNASA em todo o Ceará paralisaram as atividades dias 2 e 3 de maio, numa GREVE forte. Houve concentração na Coordenação Regional do órgão (Av. Santos Dumont, 1890, esquina com José Lourenço), com boa presença dos trabalhadores – inclusive fazendo piquetes na entrada do órgão – e ampla cobertura da imprensa local.

pág. 5

### Servidores do IPHAN são recebidos em audiência pública na Câmara de Vereadores de Fortaleza

pág. 4

**CAMPAÑA SALARIAL DOS SPFs 2005!**  
**UM PAÍS DE POUÇOS!**

**Greve**  
dos Servidores Públicos Federais  
a partir de 2 de junho  
Em defesa das reivindicações dos trabalhadores: 18% já!  
**Basta Lula, fora o FMI!**

**SINTSEF** SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO CEARÁ

# Governo vende gato por lebre

Editorial

Muito cuidado com as informações que o governo divulga nos sites oficiais (principalmente no [www.servidor.com.br](http://www.servidor.com.br)). Muitas vezes os dados fornecidos não condizem com a verdade. Notadamente nas questões referentes às propostas de PCCS. No caso do IPHAN, por exemplo, tem-se a impressão de que levando a proposta ao Congresso em junho, o Plano de Cargos será efetivado em poucos meses. Porém, ao se analisar com calma a matéria, percebe-se que o PCCS só entra em vigor no ano que vem.

O caso da FUNASA é semelhante. A proposta do governo guarda vários problemas no seu bojo (veja matéria específica na pág. 4). Como seria possível, por exemplo, um

Plano de Carreira atingir todos os servidores da FUNASA hoje em exercício, se na missão institucional e nas atividades afins só são previstas ações de Saneamento e Saúde do Índio?

É bom que fique claro que o governo está tentando nos dividir através de PCCs específicos, querendo desmobilizar a categoria. O governo usa o argumento que os reajustes derivados da implantação dos Planos de Cargos e Carreiras superam o ridículo "reajuste" de 0,1% oferecido aos servidores.

Não podemos aceitar esmolas e nem propostas de PCCs que não atendem os

nossos interesses. O único caminho é construir a GREVE GERAL a partir de 2 de junho. Caso contrário, são os servidores que acabarão pagando mais essa conta. Mobilize-se! Faça GREVE! Fora o FMI!

A DIREÇÃO COLEGIADA

Charge



## Plenárias referendam indicativo de GREVE GERAL dia 2 de junho

No dia 20/5, aconteceu, em Brasília, a reunião do Conselho Deliberativo de Entidades – CDE – da CONDSEF. No sábado, dia 21/5, foi a vez da Plenária da CONDSEF – Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, que contou com a participação de 142 delegados de 20 estados, e confirmou a GREVE a partir do dia 2 de junho. Finalmente, no domingo, dia 22/5, houve a plenária dos SPFs, organizada pela Coordenação Nacional de

Entidades do Serviço Público Federal (CNESEF). Desta feita, foi aprovado o apoio à GREVE da CONDSEF e FENASPS a partir do dia 2/6 e construção da greve unificada pelas demais entidades sindicais nacionais durante o mês de junho/2005. Os diretores do SINTSEF/CE José de Assis, Eliseu Lima e Alfredo Moreira participaram das atividades. As principais resoluções e encaminhamentos da Plenária da CONDSEF são os seguintes:

### 1. Greve por tempo indeterminado a partir de 02 de junho/2005.

#### 2. Eixos de reivindicação:

- Definição de uma política salarial com correção das distorções e recomposição das perdas acumuladas de janeiro/1995 a dezembro/2004.
- 18% emergenciais, a título de antecipação da recomposição das perdas.
- Piso Salarial: salário mínimo do DIEESE.
- Diretrizes do Plano de Carreira.
- Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.
- Concurso Público.
- Reconstrução do Serviço Público.

#### 3. Outras Atividades:

- Marcha a Brasília com acampamento durante a greve.
- Trabalhar proposta de Suplementação Orçamentária junto ao Congresso Nacional.

## Servidores entregam pauta de reivindicações para SRH

A bancada sindical que compõe a Mesa Nacional de Negociação Permanente entregou, dia 3/5, para a secretária-adjunta de Recursos Humanos no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Marilene Ferrari, uma carta contendo a pauta de reivindicações dos servidores públicos federais, aprovada na plenária dos servidores.

A correspondência informa as propostas do conjunto dos servidores públicos que reivindica uma recomposição geral dos salários com a aplicação de um índice emergencial de 18%; a incorporação de todas as gratificações ao salário-base; paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; e implantação das diretrizes de planos de carreira, com o estabelecimento de um piso salarial para todo o serviço público.

A proposta de política salarial também foi informada na carta. As principais reivindicações são a data-base unificada no dia 1º de maio para incidência dos efeitos remuneratórios resultantes da negociação coletiva; a reposição anual da inflação de acordo com o ICV-Dieese; e incremento salarial agregado ao índice inflacionário.

## Sindicatos gerais:

# Unir os servidores na construção da GREVE GERAL!

A Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF) nasceu defendendo os sindicatos gerais no setor do Serviço Público e seguirá defendendo esse projeto unitário. Por esta razão, nos sentimos na obrigação de apresentar nossa posição sobre a equivocada iniciativa de tentar dividir os servidores.

Assim como em abril de 2000 combatemos a visão oportunista de criação do sindicato específico, hoje combatemos com mesma intensida-

de a iniciativa de poucos de tentar dividir a categoria criando sindicatos que somente fazem enfraquecer nossa capacidade de luta. A CONDSEF, que há mais de 15 anos representa os servidores públicos do país, acredita na necessidade urgente de reforçar as bases que sustentam os Sindicatos Gerais.

Esclarecemos que, neste momento, é um equívoco prosseguir com essa aventura sindical. Temos hoje sindicatos específicos na base

da CONDSEF com quem mantemos um diálogo profundo e transparente sobre a opção dos sindicatos gerais. É importante que fique claro que, para nós, os trabalhadores devem discutir e decidir sua melhor forma de organização. Entretanto, nossa defesa não se pretende como uma imposição. Acreditamos que, tanto do ponto de vista estratégico quanto do ponto de vista tático, os Sindicatos Gerais são a melhor resposta para a nossa luta.

## O direito de GREVE

O direito amplo de GREVE é também parte constitutiva essencial da liberdade e autonomia sindical. É um recurso indispensável dos trabalhadores diante de impasses no processo de negociação e contratação coletiva. Além disso, deve ser garantido também como forma de manifestação política e de solidariedade dos trabalhadores. Historicamente, o direito de GREVE sofreu uma profunda discriminação. Em vários países e em várias épocas foi e é tratado como um fato ilícito: no plano penal, enquadrado como delito; no plano político, como

alteração da ordem pública; e nas relações de trabalho, como violação das obrigações trabalhistas. Nos países mais desenvolvidos, o direito de GREVE tem sido consignado nas constituições, não está sujeito às restrições colocadas anteriormente, mas tem como contrapartida o desconto dos dias parados. Mas, em geral, pode-se afirmar que a fundamental norma de suporte é justamente a que sanciona o direito de GREVE, que é reconhecido explicitamente e quase sem restrições, pelas constituições italiana, portuguesa e espanhola e, antes destas, pela francesa.

O reconhecimento da GREVE como direito comporta de fato a consequência de ao trabalhador não ser imputável nenhuma responsabilidade pela inadimplência à obrigação de trabalhar, resultante da GREVE, exceto, naturalmente, o pagamento de salários. Cabe ressaltar, por fim, que uma questão extremamente contraditória e polêmica tem sido a regulamentação da GREVE nos chamados serviços essenciais.

*(retirado do livro "A construção do sindicalismo livre no Brasil", de José Prata de Araújo)*

## Servidores do IPHAN são recebidos em audiência pública na Câmara de Vereadores de Fortaleza

Os servidores do IPHAN, em GREVE desde o dia 11 de abril, foram recebidos, dia 20/5, em audiência pública na Câmara de Vereadores de Fortaleza. O evento, requerido pelo vereador Sérgio Novaes (PSB), realizou-se à tarde. Estavam presentes os diretores do SINTSEF/CE Luís Carlos Macêdo, Geraldo Costa, Benedito Holanda, Afonso Barbosa, Aluísio Bastos e José de Assis, além dos conselheiros fiscais Fátima Girão, José Amorim e José Ribamar.

O IPHAN –CE possui cerca de 20 funcionários no Estado e paralisou em 100% suas atividades. Os processos de licença de obras e reformas de to-

dos os núcleos históricos tombados do Estado, licitações, assessorias a diversos órgãos culturais estão parados.

O eixo principal de reivindicações da greve é o encaminhamento concreto das diretrizes do Plano de Carreira pelo Governo Federal.

Os trabalhadores também pleiteiam a aprovação de uma Proposta Emergencial para o setor, com a idéia de uma gratificação salarial até que o Plano de Carreira esteja definitivamente implementado. A greve não é apenas do



IPHAN, mas de vários equipamentos e instituições do Ministério da Cultura, como museus e bibliotecas em vários estados. Os servidores estão sem aumento há dez anos.

# PCCS da FUNASA não contempla ações de Combate e Controle de Endemias

A reunião ocorrida na FUNASA dia 12/04/2005, sobre Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS – entre representantes do governo e diretores da CONDSEF e da FENASPS, foi polêmica. A CONDSEF, através de seus representantes, fez algumas considerações reflexivas, uma vez que a entidade foi convidada um dia antes da reunião. Mesmo assim, foram feitos os seguintes questionamentos:

- a)- Por que na proposta de PL apresentada consta a contratação de Emprego Público (contratação temporária por um ano, prorrogável por mais um ano) e estabelece percentual de 70% concurso público efetivo e 30% de emprego público?
- b)- Como seria possível um Plano de Carreira atingir todos os servidores da FUNASA hoje em exercício, se na missão institucional e nas atividades afins só são previstas ações de Saneamento e Saúde do Índio?
- c)- Por que o texto apresenta avaliação de desempenho para o servi-

dor ao invés de avaliar o desempenho institucional?

- d)- Qual seria o impacto financeiro tomando como base a proposta de tabela salarial?
- e)- Como ficarão as gratificações existentes e as que estão sendo propostas?
- f)- Seria possível trabalharmos com progressão funcional vertical e horizontal para o crescimento na carreira?

A CONDSEF entende que a proposta apresentada tem vários problemas de fundo, conforme apresentado nas perguntas acima. Não é possível, por exemplo, ter um PCCS onde na missão institucional não prevê ações de Combate e Controle de Endemias, bem como, os que executam atividades de Assistência Médica Hospitalar nas Unidades de Saúde descentralizadas, restringindo suas áreas de ações em Saneamento e Saúde do Índio. Isso nos parece uma manobra política e de utilização do contingente de trabalhadores hoje lotados na FUNASA para poder ter um espaço de pressão junto às au-

toridades competentes. Por que a FUNASA não apresenta ou discute uma proposta de Plano de Carreira voltada para os trabalhadores do Ministério da Saúde como um todo, pois afinal somos todos pertencentes aos quadros do MS, mesmo lotados em outros órgãos da administração pública, além do que as ações de Vigilância em Saúde e Assistência Médica e Hospitalar estão no MS. Essa proposta só vem nos dividir e enfraquecer as nossas entidades.

O governo sabe da insatisfação da categoria com a proposta de 0,1% de reajuste salarial, e que a mesma se encontra em processo de mobilização para Campanha Salarial com reais condições de deflagrar uma greve em junho. De repente, aparece uma proposta como essa, que não contempla o conjunto dos servidores da FUNASA além de dividir e iludir a categoria. Por essas razões é que a CONDSEF já elaborou sua proposta de PCCS dos servidores do Ministério da Saúde que será apresentada na próxima reunião da MSNP/MS.

## Servidores ocupam Ministério da Saúde

Os servidores do Ministério da Saúde (MS) ocuparam, dia 23/5, por volta de 13h, o corredor do gabinete do Ministro. Eram cerca de 100 servidores, de todo o Brasil – inclusive o diretor do SINTSEF/CE, José de Assis –, que estavam em Brasília participando de Plenária da Saúde da CONDSEF – realizada pela manhã. Ao final da Plenária decidiu-se ir ao MS para discutir a pauta emergencial do setor. O Ministro não estava. Desta forma, membros do Departamento de Saúde e da Dire-

toria da CONDSEF solicitaram a presença do Secretário Executivo do MS, Antônio Alves. O Secretário afirmou que receberia os manifestantes, em sua sala, no 3º andar. Porém, os servidores afirmaram que só aceitariam ser recebidos no 5º andar, onde estavam e onde fica o gabinete do Ministro. Alves acabou recebendo os sindicalistas e, entre outras coisas, afirmou que não conhecia a proposta de PCCS elaborada pela direção da FUNASA, desautorizando qualquer discussão nesse sen-

tido. Os servidores só saíram do local após marcar audiência com o Ministro, que de fato ocorreu no dia 25/5. No dia 26 de abril foi protocolada pauta emergencial. Os principais itens a serem discutidos são os seguintes:

- Lotação dos servidores da FUNASA;
- Gratificação de Controle de Endemias;
- Plano de carreiras
- Saúde do Trabalhador.

**EXPEDIENTE** O Jornal do SINTSEF/CE é uma publicação mensal de responsabilidade da Direção Colegiada do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará. As matérias assinadas não refletem, necessariamente, a opinião da entidade. Jornalista responsável: Demétrio Andrade – Mtb CE00974JP. Tiragem: 13 mil exemplares. Impressão e editoração: Expressão Gráfica (3253.2222). Rua 24 de Maio, 1201 – Centro – Fortaleza-CE. PABX: 254.4100. CEP: 60.020-031. Site: www.sintsef-ce.org.br. E-mail: imprensa@sintsef-ce.org.br. DIREÇÃO COLEGIADA: Coordenação Geral: Luís Carlos Macêdo (FUNASA - CORE) e Eliseu Lima (CONAB - SUREG); Coordenação Jurídica: Ednir Lima (aposentado ex-SUDENE) e Lúcia Marques (FUNASA - Jaguaribe); Coordenação de Imprensa: Helano Furtado (FUNASA - Micro Maracanaú), João Batista (FUNASA - Sobral) e Asevedo Quirino (FUNASA - Crato); Coordenação de Formação Política: José de Assis (FUNASA - Micro de Maracanaú), Francisco Gomes (Min. de Fazenda) e Afonso Barbosa (FUNASA - Micro I - Secretaria Executiva Regional V); Coordenação de Finanças: Alfredo Moreira (Base Aérea) e Josemar Martins (CONAB - Crateús); Coordenação Cultural: Rômulo George (IBAMA - Superintendência) e Germano Moreira (DNOCS - Icó); Coordenação de Aposentados e Pensionistas: Geraldo Costa (aposentado DNOCS), Carlos Eugênio (FUNASA - Canindé) e Aírton Cardoso (DNIT - Fortaleza); Coordenação Administrativa: Aluísio Bastos (aposentado DNOCS) e Benedito Holanda (FUNASA - CORE). SUPLENTE: José Newton Gama (FUNASA - Crato), Francisco Martins Henriques (CONAB - SUREG) e Lúcia Pereira (DRT). CONSELHO FISCAL: Fátima Girão (FUNASA - Micro Olavo Bilac), Francisco Chaves (INSS - Crato), José Ribamar (FUNASA - Centro de Zoonose - Conj. Ceará), José Pinheiro (FUNASA - Iguatu), José Amorim (Min. Da Agricultura), Maria de Fátima Ribeiro (DNOCS - Jaibaras) e Mauro Feliciano (Min. da Fazenda). SUPLENTE: Raimundo Cândido (CONAB - Juazeiro do Norte) e José Araújo (DNOCS - Amanari).

**47,94%**

## Decisão do STJ prejudica trabalhadores da FUNASA e SINTSEF/CE recorrerá ao STF



No Cariri, os servidores da FUNASA também cruzaram os braços

A 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por 5 votos a zero, retirar o passivo trabalhista Plano Real (47,94%) de 2.569 funcionários da FUNASA do Ceará. A decisão revoltou os servidores e os diretores do SINTSEF/CE - Luís Carlos Macêdo, Asevedo Quirino e José de Assis - que estavam em Brasília para acompanhar o julgamento. O evento ocorreu na tarde de 3/5, com a presença dos deputados federais Arnon Bezerra (PTB), Manuel Salviano (PSDB) e do senador Reginaldo Duarte (PSDB), além de assessores dos parlamentares André Figueiredo (PDT) e Mauro Benevides (PMDB). O deputado Inácio Arruda (PCdoB) atuou nos bastidores.

Para pressionar os juizes, os trabalhadores da FUNASA em todo o Ceará paralisaram as atividades dias 2 e 3 de maio, numa GREVE forte. Houve concentração na Coordenação Regional do órgão (Av. Santos Dumont, 1890, esquina com José Lourenço), com boa presença dos trabalhadores - inclusive fazendo piquetes na entrada do órgão - e ampla cobertura da imprensa local. A FUNASA entrou com Medida Cautelar no STJ, com pedido de liminar,

dia 17/11/2003, solicitando a suspensão do pagamento dos 47,94% (Plano Real) já implantados nos contracheques dos servidores do órgão desde 2001. O STJ acatou o pedido da Fundação Nacional de Saúde, o que vem prejudicando os servidores que perderam - após quatro anos de implantação no contracheque numa ação já com trânsito em julgado - quase a metade de seus vencimentos.

No dia 29 de abril, durante a sessão ordinária da Câmara dos Depu-



Em Fortaleza, a mobilização ocorreu na Coordenação Regional

tados, em Brasília, o deputado federal Gonzaga Patriota (PSB-PE) fez pronunciamento em defesa dos servidores da FUNASA em relação aos 47,94%. No dia 3 de maio, pela manhã, durante a sessão da Assembleia Legislativa do Ceará, a deputada estadual Íris Tavares adotou o mesmo procedimento. Ambos pediram, sem sucesso, aos membros da 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que se posicionassem favoravel-

mente aos servidores, considerado que se trata de ação transitado em julgado, ou seja, que já percorreu e ganhou em todas as instâncias.

A luta continua - A luta, porém, continua. O SINTSEF/CE deverá recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar reverter a decisão do STJ. O argumento é o mesmo: a ação já havia sido transitado em julgado, o que caracteriza o chamado "ato jurídico perfeito", ou seja, como julgar novamente sobre o que já foi dado ganho de causa? No julgamento do STJ, ao invés do relator, Ministro Arnaldo Esteves Lima, ater-se ao julgamento do caminho processual, dando-o como encerrado e proclamando a vitória dos trabalhadores, preferiu entrar no mérito da ação, o que acabou prejudicando milhares de pais e mães de família. Agora é apelar para o STF e continuarmos mobilizados para construir em junho a maior GREVE já feita por servidores públicos federais neste país. Não podemos aceitar um governo que nos retira metade do salário e, em troca, nos oferece 0,1% de reajuste.



Diretores do SINTSEF/CE acompanharam a votação em Brasília, juntamente com os deputados Manuel Salviano e do senador Reginaldo Duarte

*"A Revolução não é feita com palavras. Ela se traduz pelo ímpeto e pela coragem dos que querem lutar de verdade. Por isso, nenhum revolucionário conta a história, ele a exercita, e os outros que a escrevam".*

Geraldo Costa

## Reestruturação dos Serviços Públicos

# Parcerias Público-Privadas comprometem serviço público de qualidade

Aprovado na Câmara dos Deputados em dezembro do ano passado, o Projeto de Lei que trata das Parcerias Público-Privadas (PPPs) tornou-se instrumento que pode representar riscos para a economia nacional, uma vez que compromete as contas públicas e o crescimento econômico. Na verdade, com a lei das PPPs, o serviço privado pode se faltar, ainda mais, dos recursos públicos. Tal equação está entre os principais assuntos discutidos pela CONDSEF, uma vez que a lei das PPPs tende a enfraquecer ainda mais o serviço público

que, hoje, depois de dez anos de contra-reformas, encontra-se às portas da extinção.

Entre 1995 e 2002 os servidores viveram grandes mudanças dos aparelhos do Estado e de lá para cá, mais de 56 direitos foram retirados. Agora, com as PPPs, sacramenta-se uma nova etapa na tentativa de desestruturação do serviço público nacional. Com a ampliação das terceirizações e contratações de mão-de-obra privada nas esferas do serviço público torna-se evidente que a força de reivindicação dos trabalhadores ligados

à União fica enfraquecida já que a mobilização é praticamente impossível.

Outro grande problema encontra-se no fato de as PPPs inverterem a lógica do mercado, passando o risco de investimento para o setor público. De posse dessas informações, a CONDSEF vem alertar que as PPPs são ótimas para o setor privado, mas péssimas para o Brasil. É por isso que a Confederação tem certeza que o caminho mais seguro está em alocar mais verbas, bem como reestruturar todo o serviço público brasileiro.

## Diretrizes de Planos de Carreira (DPCs)

# Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas

Uma conquista histórica vem sendo retirada progressivamente dos servidores públicos desde o primeiro mandato de FHC: a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas. Este direito continua sendo desrespeitado no governo Lula, por meio de reajustes diferenciados e, principalmente, pela Reforma da Previdência de dezembro de 2003.

Recuperar essa conquista é um passo fundamental para a política salarial e para a construção de carreiras no serviço público. Chegou a hora de dar um basta nesta situação.

Algumas categorias ainda insistem em negociar isoladamente com o governo, aceitando gratificações que beneficiam apenas os servido-

res da ativa. No entanto, é preciso ter em mente que, mais tarde, quando chegar a vez de sua própria aposentadoria, esses benefícios podem simplesmente desaparecer de seus salários. Portanto, a causa não deve ser vista apenas como objeto de luta de aposentados e pensionistas, toda a categoria deve pleitear este direito.

## Diretrizes propõem restabelecimento da força de trabalho dos SPFs

Com a aprovação das Diretrizes de Planos de Carreira (DPCs), serão garantidos os requisitos mínimos para estabelecer carreiras e planos condizentes com a necessidade histórica dos serviços públicos no Brasil.

A CONDSEF acredita que apenas por meio das diretrizes será possível unificar os critérios, avançar na recu-

peração da isonomia e garantir a paridade. Além disso, torna-se necessária a criação de diretrizes que reafirmem a propriedade estatal dos serviços e as relações trabalhistas coerentes com esse modelo de propriedade. Devem, neste sentido, ser retirados todos os elementos privados que hoje predominam nas relações públicas de trabalho.

## SINTSEF/CE promove Seminário Estadual sobre PCCS

O SINTSEF/CE promove a realização do Seminário estadual sobre Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), dia 1º de junho de 2005, de 8h às 18h, na Casa de Retiro N. S. de Fátima (Av. Alberto Craveiro, 2222 – Castelão). O evento é aberto a todos os servidores públicos federais. O objetivo é discutir as

diretrizes de PCCS e elaborar uma estratégia conjunta para reivindicarmos uma proposta que atenda aos interesses dos servidores. O Seminário contará com a participação de Eduardo Alves, assessor da CONDSEF. O Sindicato banca o transporte e a alimentação dos participantes.

## Reforma Sindical

# Reforma Sindical tira voz de aposentados

Se depender do anteprojeto de lei da Reforma Sindical, elaborado para regulamentar a PEC 369/05, da Reforma Sindical, o servidor público federal aposentado perderá o direito de votar e de concorrer ao exercício de mandato sindical. O alerta foi feito pelo jornalista Antônio Augusto de Queiroz, analista político e Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), no artigo "A Reforma Sindical e os Aposentados", publicado no dia 29 de abril na seção Análise Política na página do Diap na Internet ([www.diap.org.br](http://www.diap.org.br)).

No entendimento de Queiroz, o anteprojeto contraria não apenas a Constituição Federal, mas a própria PEC 369. Isso porque, enquanto o texto da PEC mantém o atual texto da Constituição, que garante ao

aposentado o direito de votar e ser votado, o anteprojeto condiciona o direito de voto ao cidadão que está "empregado no respectivo âmbito de representação" e o direito de ser votado ao cidadão em "efetivo exercício da atividade econômica no âmbito de representação".

O anteprojeto determina ainda que as condições para o exercício do direito de voto e para a investidura em cargo de direção sindical são "ser filiado à entidade e estar empregado no respectivo âmbito de representação", ou seja, o aposentado é alijado do processo sindical. No caso do SINTSEF/CE, os aposentados, importantes aliados no trabalho parlamentar e demais atividades do Sindicato, que têm contribuído com suas experiências na atividade sindical, ficariam sem voz nas

deliberações do Sindicato e também não poderiam concorrer a um posto na diretoria.

Não se pode admitir isso. O anteprojeto deveria tramitar no Congresso Nacional conjuntamente com a PEC, mas, segundo informa o analista político, "foi retido no Palácio do Planalto". A estratégia do governo seria enviar o texto que regulamenta a PEC apenas após a sua promulgação. A Comissão Executiva Nacional do PSB, em reunião com a bancada do partido no Congresso Nacional no dia 4/5, decidiu rejeitar a PEC 369 por considerá-la "incompatível com a livre organização profissional e a luta histórica dos trabalhadores brasileiros". O PSB compõe a base de apoio ao governo no Congresso e conta com 16 deputados e três senadores.

## Servidores do DNOCS realizam 2º Encontro Nacional

Os servidores do DNOCS realizaram, dias 24 e 25 de maio, em Fortaleza-CE, na sede do órgão, o 2º Encontro Nacional da categoria, numa promoção do SINTSEF/CE, CONDSEF e da direção daquela repartição. Foram debatidos, com a presença de sindicalistas, intelectuais e parlamentares, vários temas importantes tanto para o aprofundamento do papel e do trabalho institucional do Departamento quanto para a situação trabalhista dos servidores.

Na abertura, a economista Ana Braga falou sobre o DNOCS e a atual conjuntura. Em destaque, a discussão sobre o PCCS e a Mesa Nacional de Negociação, com Eduardo Alves, assessor da CONDSEF, que teve como debatedor Luís Carlos de Alencar Macêdo, coordenador geral do SINTSEF/CE e diretor da CONDSEF.

Outro debate que chamou a atenção foi sobre a situação geral do DNOCS, subdividido nos seguintes te-

mas: Transposição do rio São Francisco (Eudoro Santana); retirada da diferença de remuneração (Wesley Puscas); terceirização de técnicos, consultorias, estagiários e os critérios de indicação (Clésio Jean); esvaziamento das funções do DNOCS (Pedro Eymard) e concurso público (Nazareno Helano).

Ao final dos trabalhos, foi apreciado um balanço dos debates e um plano de lutas.

## SINTSEF/CE contrata nova advogada e modifica horários de atendimento do setor jurídico

O SINTSEF/CE contratou uma nova advogada, a Dra. Germana Belchior, que já está trabalhando desde o dia 16 de maio. Ela concentrará a parte de atendimento aos servidores, no período da manhã, de segunda a sexta. Desta forma, as advogadas antigas ficarão liberadas para acompanharem os

processos junto às instâncias judiciais. Mesmo assim, elas farão atendimento, sempre no período da tarde, dentro das seguintes características:

Segunda-feira: Dra. Liduína Carneiro

Terça-feira: Dra. Aderline Farias

Quarta-feira: Dra. Vera Menezes.

### Informes jurídicos

#### SINTSEF/CE vai ajuizar ação sobre PIS/PASEP

SINTSEF/CE vai ajuizar ação sobre PIS/PASEP, ou seja, a correção monetária dos Planos Verão e Collor. Para participar das ações, é necessário a cópia do extrato histórico do PIS/PASEP, fornecido pelo Banco do Brasil (a agência do BB da Praça do Carmo – 1º andar, por exemplo). Mensalmente, o SINTSEF/CE entrará com ação para aqueles que entregarem o extrato do PIS/PASEP.

# Agora é GREVE GERAL dia 2 de junho!

## FUNASA, INCRA, FUNAI, INSS, UFC, IPHAN, IBAMA e Ministério da Fazenda paralisaram atividades dia 18 de maio

O Dia Nacional de Luta e Paralisação dos servidores públicos federais, em 18 de maio, foi realizado em todo o Brasil, preparando a GREVE GERAL a partir de 2 de junho. No Ceará, houve paralisação dos servidores do INCRA, FUNAI, IPHAN, INSS, UFC (técnico-administrativos), Ministério da Fazenda (PCC) e FUNASA.

Em Fortaleza, o principal ato aconteceu na capital, pela manhã, no Ministério da Fazenda (em frente ao prédio da Receita Federal), reunindo mais de 200 servidores. O estopim do movimento foi o reajuste de 0,1% oferecido pelo governo Lula este ano.

Agora é seguir o exemplo do MST (ver matéria abaixo), que marchou até Brasília e enfrentou o governo, obrigando Lula a negociar. Não podemos nos esquecer que 2006 é ano de eleições. Caso

o governo não desista da revoltante idéia de dar somente 0,1% de “reajuste”, os servidores abirão dar o troco no ano que vem. Mobilize-se! Faça GREVE! Fora o FMI!



Servidores de vários órgãos protestaram em frente ao prédio do Ministério da Fazenda

## MST realiza manifestação na Esplanada dos Ministérios

Foto: Valter Campanato/ABr.



O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi vitorioso na queda de braço com a equipe econômica e fechou um acordo. O governo federal garantiu que vai liberar os recursos necessários, sem um valor fixado, para cumprir a meta de assentar 115 mil famílias este ano e 400 mil até 2006. Há 18 dias o MST iniciou uma marcha pela reforma agrária para pressionar o governo. O governo prometeu enviar até o final do mês um projeto de lei de suplementação orçamentária para obtenção de terras destinadas à reforma agrária, contratar 137 servidores para o

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a abertura de concurso para 1.300 vagas.

Já há um desgaste pelo descumprimento de metas, como houve no ano passado. Na mesma época, o governo prometeu uma suplementação de 1,7 bilhão de reais, mas terminou 2004 com apenas 600 milhões de reais, assentando 81,2 mil famílias --a meta também era de 115 mil famílias. O orçamento do ministério, que foi contingenciado em 2 bilhões de reais, tem destinados à obtenção de terras 880 milhões, dos quais 400 milhões foram liberados recentemente pelo aumento da pressão dos sem-terra.

Entre os pontos acertados, está também o aumento do teto de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de 15 mil para 18 mil reais, instituir um crédito de recuperação de assentamentos de 6 mil reais por família. Além disso, o governo reafirmou o compromisso de enviar mensalmente cestas básicas às famílias acampadas. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, existem cerca de 120 mil famílias nesta condição espalhadas pelo Brasil.

## Reunião dos aposentados e pensionistas

A reunião ordinária dos aposentados e pensionistas ocorrerá no dia 8 de junho de 2005, a partir das 15h, na sede do SINTSEF/CE (Rua 24 de Maio, 1201 – Centro). Compareça!